

CONSTITUINTE

Líderes vão tentar eliminar destaques para apressar votação

por Andrew Greenless
de Brasília

A crescente inquietação com a morosidade dos trabalhos da Comissão de Sistematização durante o final de semana levou os líderes partidários a se reunirem no domingo à noite e novamente ontem para implantar algumas modificações no andamento das votações.

A partir de amanhã, haverá uma sessão diária, com início às 14 horas, estendendo-se até às 20 horas, com possibilidade de duas horas de prorrogação. As manhãs serão reservadas a contatos das lideranças, que tentarão chegar a acordos para a retirada de

pedidos de destaque e votações considerados superfúos. Os líderes esperam conseguir entendimento para a eliminação de até 90% dos aproximadamente 8 mil pedidos de destaque, acelerando o processo de votação.

Os líderes também decidiram escolher mais dois vice-presidentes para a Comissão de Sistematização, com o objetivo de promover o rodízio na presidência dos trabalhos entre o senador Afonso Arinos (presidente), deputados Aluisio Campos e Brandão Monteiro (vices) e os indicados ontem: senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Jarbas Passari-

no (PDS). Apesar dessas medidas, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, chegou a admitir que os trabalhos somente serão concluídos no início do próximo ano.

Na sessão de ontem, a única emenda aprovada foi a de autoria do deputado José Genoíno (PT-SP), modificando o parágrafo 5º do artigo 5º do substitutivo de Cabral. O artigo diz o seguinte: "É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza". Genoíno propôs a supressão da parte iniciada na palavra "excluída..."

A justificativa foi apresentada pelo deputado Antonio Brito (PMDB-RS), para que, no capítulo dos direitos individuais e coletivos, cabe simplesmente a garantia da livre manifestação do pensamento. As possíveis restrições devem, na opinião do defensor, ser incluídas no capítulo que rege os meios de comunicação. Foram 58 votos pela exclusão e 31 contra.

A Comissão também rejeitou uma emenda que modificaria o artigo 5º e proibiria totalmente o aborto. Por setenta votos a dezessete, os constituintes preferiram deixar essa questão para a lei ordinária.

Grupo parlamentarista intensifica negociações

por Andrew Greenless
de Brasília

Representantes de um grupo de aproximadamente trinta parlamentaristas — membros da corrente moderada da Constituinte — passaram o final de semana procurando convencer o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, de que a adoção gradual do sistema parlamentar de governo é a única solução para os atritos internos no governo Sarney.

Na opinião de um dos coordenadores do grupo, deputado Cid Carvalho, do PMDB do Maranhão, o governo está diante de duas opções: pode tentar formar a "maioria real" no Congresso, ou seja, apoiar-se nos constituintes "fiéis", independentemente do partido a que pertençam. Neste caso, sustenta Carvalho, o PFL deveria ter maior participação no ministério, tornando vitoriosas as atuais pressões da cúpula pefelista neste sentido.

A partir daí, acrescenta o deputado, o governo entraria em choque com a "espi-

na dorsal" do PMDB, "até mesmo com os governadores pemedebistas. "Haveria curto-circuito e o partido iria para a oposição", diz Carvalho, amigo pessoal do presidente José Sarney. A campanha pela redução do mandato do atual presidente seria a consequência natural.

A única forma de evitar essa crise, na avaliação dos parlamentaristas moderados levada aos assessores diretos de Sarney, seria implantar gradualmente o parlamentarismo. O prazo para esse processo ainda permanece indefinido entre os defensores da idéia, para quem o presidente transferiria paulatinamente poderes ao primeiro ministro até o final de seu mandato, também indefinido para o grupo.

Segundo Cid Carvalho, a opção de Sarney pelo parlamentarismo gradual traria o apoio dos parlamentaristas não necessariamente alinhados com o governo. Sarney seria sustentado pelos defensores do princípio parlamentarista como "comandante da transição para o novo sistema", como diz o deputado do Maranhão. Para tanto, Sarney indicaria um primeiro-ministro logo após a promulgação da nova Carta e o ministério seria formado obedecendo ao apoio oferecido pelos parlamentaristas.

"Estamos em contato permanente com o Palácio do Planalto", diz ainda o deputado, ressaltando que somente haverá algum tipo de conclusão no momento em que a Comissão de Sistematização da Constituinte chegar próxima à análise e à votação do sistema de governo. Enquanto mantêm encontros com os parlamentaristas, no entanto, os assessores presidenciais continuam o levantamento dos "fiéis" do Congresso, com vistas a uma possível adoção da primeira hipótese levantada por Cid Carvalho.

"Concentração de poder prejudica contribuinte"

por Riomar Trindade
do Rio

A retomada do crescimento econômico está estreitamente ligada ao processo de descentralização das decisões, e a descentralização, para ser efetiva, passa por uma ampla reforma tributária, mecanismo capaz de promover uma distribuição democrática dos tributos e serviços entre União, estados e municípios, afirma o governador Wellington Moreira Franco. "Só há possibilidade de retomar o crescimento da economia com a descentralização. O poder do Estado concentrado na União é extremamente oneroso ao bolso do contribuinte", diz ao comentar as propostas em exame na Constituinte.

Na visão de Moreira Franco, somente com os serviços suficientemente descentralizados será possível atingir a eficiência administrativa do poder público, fundamental para a eficiência econômica e social. O governador fluminense, defensor da reforma tributária que se esboça na Constituinte — ele defendeu a manutenção do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, mas considera o substitutivo do relator Bernardo Cabral, de um modo geral, "um avanço" —, está convencido de que as críticas feitas à reforma por técnicos do Ministério da Fazenda, em documento encaminhado ao presidente José Sarney, revelam "o desatino" de burocratas que temem a descentralização e a perda de poder.

Moreira Franco concorda plenamente com a avaliação do deputado constituinte Francisco Dornelles (PFL-RJ) sobre o documento do Ministério da Fazenda, que prevê perdas para a União de CZ\$ 158 bilhões para estados e municípios no quinquênio 1989-93, caso a reforma tributária seja adotada. Como Dornelles, o governador fluminense sustenta que "não haverá perdas para a União", argumentando que o governo federal, neste ano, gastou soma semelhante em antecipação de receitas para estados e municípios e no programa de saneamento dos bancos estaduais. Além disso, sem qualquer aval do Legislativo, gastou recursos para honrar dívidas das estatais e em subsídios.

"A reforma tributária, a descentralização, não resultará em perdas para a União. Apenas tornará o sistema mais aberto à fiscalização da sociedade", afirma Moreira Franco. O



Moreira Franco

governador disse ainda que o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, comparativamente ao anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, é prejudicial aos municípios, especialmente aos pequenos e médios. E que o substitutivo restitui aos municípios o Imposto sobre Serviços (ISS), o que implica gastos para manter um esquema de arrecadação. "Para os municípios seria melhor o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), de fácil controle e arrecadação, sem grandes gastos com a máquina arrecadadora", observa Moreira Franco.

No âmbito do estado, o governador Moreira Franco continua empenhado na recuperação da economia fluminense, particularmente na produção de alimentos. O estado importa 92% dos alimentos que consome e Moreira Franco vem mantendo reuniões com empresários, com o objetivo de estimulá-los a investir na agricultura. Ele diz que há disponibilidade de crédito agrícola no Banco do Brasil e no Banerj e considera imprescindível a participação do setor privado. "É necessário o investimento de risco para melhorar a produtividade. O Rio é o segundo mercado consumidor de alimentos do País e, portanto, a produção tem mercado cativo."

Outra preocupação de Moreira Franco é com o setor científico e tecnológico. Segundo ele, no orçamento do próximo ano estará assegurada a fatia de 0,5% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) para financiar a pesquisa científica e tecnológica. Estradas vicinais, projetos de irrigação no interior, o pólo petroquímico e investimentos em infra-estrutura são projetos que a administração estadual está priorizando.

REGISTRO

PTB admite dar sustentação ao governo

O líder do PTB na Câmara e na Constituinte, deputado Gastone Righi, não rejeita a possibilidade de seu partido integrar a nova base de sustentação política pretendida pelo governo José Sarney. Acha, entretanto, que essa possibilidade só deve ser examinada depois de esgotados os entendimentos com o PMDB.

Se o PMDB não quiser e não puder (pela dificuldade de unir suas várias correntes) assumir, sozinho, a responsabilidade de ser governo e de lhe dar integral sustentação política, o governo, então, segundo Righi, deve iniciar entendimentos com outros partidos. "Mas, antes, o governo deve esgotar sua pauta de conversações com o PMDB."

CRÍTICAS

Dizendo que o líder Luiz Henrique não pode falar e não fala em nome de uma grande parcela do PMDB, inclusive dele, o deputado Fernando Lyra não apenas descartou a possibilidade de entrar na rota de apoio ao governo federal, como fez críticas aos que estão pretendendo fazer um levantamento sobre quem apóia e não apóia o presidente Sarney.

RENÚNCIA

O governador Epitácio Cafeteira ameaçou abandonar o PMDB caso "o partido continue insistindo na tese do parlamentarismo". O governador maranhense assegurou que "seus colegas governadores adotarão a mesma atitude".

"Se o parlamentarismo vingar, renúncio no dia seguinte", disse o governador. Cafeteira classificou de "fraudadores os pemedebistas que estão lutando pelo parlamentarismo". Ele previu "um rompimento" e disse que "o presidente José Sarney vai poder reorganizar sua base de apoio em moldes mais sólidos e coerentes, como consequência do rompimento da Aliança Democrática".

MUNICÍPIOS

"O substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), no tocante à reforma tributária, atende razoavelmente às necessidades das prefeituras, tendo como principal destaque a manutenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) na área dos municípios, o que não ocorria na primeira versão da Comissão de Sistematização." A afirmação é do presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Marcelo Cece Vasconcelos de Oliveira, prefeito de Sete Lagoas, feita, em Belo Horizonte, ao abrir o IV Congresso Mineiro de Municípios, no Minascentro.

MEMÓRIA

Fundador e ex-presidente da antiga UDN na Paraíba e também ex-governador do estado (de 1946 a 49), José Targino foi sepultado na tarde de ontem no cemitério Senhor da Boa Sentença, em João Pessoa.

O ex-governador, que morreu no último domingo à noite, no hospital Samaritano, estaria completando 94 anos no próximo mês.

VIOLENCIA

A Anistia Internacional divulga hoje em todo o mundo o seu "Informe 1987", que relata as violações dos direitos humanos cometidas pelos governos durante o ano passado. No relatório, o Brasil se destaca pela violência no campo, que provocou a morte de 298 trabalhadores rurais na disputa por terras.

KALIL SEHBE S/A.
INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO
CGC(MF) nº 88.610.779/0001-08
(Companhia Aberta)

AVISO

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa sede social, à rua Marechal Floriano, 889, em Caxias do Sul-RS., os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 1987.

Caxias do Sul,
setembro de 1.987

Miguel Sehbe Filho
Diretor